



PLANO DE REASSENTAMENTO PARA O PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DO PORTO DE MACUSE



PLANO DE RESTAURAÇÃO DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

FEVEREIRO DE 2020



IMPACTO
PROJECTOS E ESTUDOS AMBIENTAIS

ÍNDICE

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS.....	1
1 INTRODUÇÃO	2
2 OBJECTIVOS DO PRMS.....	2
3 PRESSUPOSTOS	2
4 ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULATÓRIO	3
4.1 Legislação Nacional	3
4.2 Boas práticas internacionais.....	4
5 COMPONENTE AGRÍCOLA	5
5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	5
5.2 ELEGIBILIDADE PARA A COMPONENTE AGRÍCOLA DO PRMS.....	6
5.3 CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AID DO PROJECTO	6
5.4 ÁREA HOSPEDEIRA AGRÍCOLA.....	6
5.5 PROCESSO DE CONSULTA.....	8
5.5.1 Consultas aos agregados familiares beneficiários	8
5.5.2 Consultas com o colectivo do Serviço Distrital de Actividades Económicas	9
5.6 PROGRAMAS DE RESTAURAÇÃO DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA PROPOSTOS.....	10
5.6.1 Programa de extensão agrícola	10
5.6.2 Programa de apoio técnico e logístico à agricultura familiar.....	11
5.6.3 Programa de armazenamento pós-colheita	12
5.6.4 Programa de construção de canteiros para horticultura.....	12
5.7 PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO	15
5.8 ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO	15
6 COMPONENTE DE PESCAS.....	16
6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	16
6.2 ELEGIBILIDADE PARA A COMPONENTE DE PESCAS DO PRMS	16
6.3 CONTEXTO DA PESCA ARTESANAL NA AID DO PROJECTO	17
6.3.1 Zonas de pesca	17

6.3.2	Centros de pesca	17
6.3.3	Intervenientes na actividade pesqueira artesanal.....	19
6.3.4	Métodos e artes de pesca	20
6.3.5	Capturas	22
6.3.6	Embarcações de pesca	23
6.3.7	Comercialização e infraestruturas existentes.....	24
6.4	PROCESSO DE CONSULTA.....	25
6.4.1	Consultas aos membros dos Centros de Pesca	26
6.4.2	Consulta ao colectivo da Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas	32
6.5	PROGRAMAS DE RESTAURAÇÃO DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA PROPOSTOS.....	33
6.5.1	Programa de apoio à pesca artesanal em mar aberto.....	33
6.5.2	Programa de promoção de actividades alternativas à pesca artesanal.....	34
6.5.3	Programa de criação de acampamentos de pesca	36
6.5.4	Programa de revitalização do Mercado de 1ª Venda em Zalala	36
6.5.5	Programa de educação ambiental para pesca sustentável	37
6.6	PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO	39
6.7	ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO	39
7	GESTÃO DE RECLAMAÇÕES E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	40
8	MONITORIA E AVALIAÇÃO.....	40

Lista de Figuras

Figura 1. Área de influência directa do Projecto	5
Figura 2. Localização da área hospedeira agrícola.....	7
Figura 3. Exemplo de semeador/aplicador de fertilizante de tracção humana.....	11
Figura 4. Exemplo de canteiro para hortícolas	13
Figura 5. Estrutura de implementação da componente agrícola do PRMS	15
Figura 6. Mapa de localização dos Centros de Pesca na Área de Influência Directa do Projecto.....	18
Figura 7. Embarcação tipo Moma (Zalala) e canoa de tronco escavado (Supinho)	23
Figura 8. Mercado de 1ª venda de pescado em Zalala	25
Figura 9. Estrutura de implementação da componente de pescas do PRMS.....	39

Lista de Tabelas

Tabela 1. Grupos focais realizados para a componente agrícola no âmbito da elaboração do PRMS	8
Tabela 2. Matriz-resumo dos Programas propostos para a componente de agricultura	14
Tabela 3. Número de intervenientes na actividade pesqueira nos Centros de Pesca da AID.....	19
Tabela 4. Artes de pesca praticadas nos diversos Centros de Pesca da AID.....	20
Tabela 5. Número de praticantes das artes de pesca utilizadas na AID	21
Tabela 6. Tipos e número de embarcações de pesca na AID.....	24
Tabela 7. Grupos focais realizados para a componente de pescas no âmbito da elaboração do PRMS	26
Tabela 8. Matriz-resumo dos Programas propostos para a componente de pescas.....	37

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ADNAP	Administração Nacional das Pescas
AID	Área de Influência Directa
All	Área de Influência Indirecta
CCP	Conselho Comunitário de Pescas
DPASA	Direcção Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar
DPMAIP	Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas
DPP	Direcção Provincial das Pescas
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
IDPPE	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala
IIP	Instituto Nacional de Investigação Pesqueira
INAM	Instituto Nacional de Meteorologia
INAQUA	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura
INIP	Instituto Nacional de Inspeção de Pescado
mn	Milhas náuticas
MT	Meticais
PR	Plano de Reassentamento
PRMS	Plano de Restauração dos Meios de Subsistência
ProPesca	Projecto de Promoção da Pesca Artesanal
RFA	Recolha de Fauna Acompanhante
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Plano de Restauração dos Meios de Subsistência (PRMS) a implementar no âmbito da implementação do Plano de Reassentamento do Porto de Macuse e contém as medidas a ser empreendidas para a mitigação dos impactos negativos provocados pelo Projecto de Construção do Porto de Macuse na actividade agrícola e pesqueira artesanal praticada por elementos das comunidades residentes na área de influência directa do referido Projecto. Para melhor sistematização, e no sentido de cobrir eficazmente todas as situações encontradas no terreno, o PRMS tem duas componentes: uma componente de agricultura e uma componente de pescas, tendo cada uma delas sido elaborada em consulta com as partes afectadas, de modo a garantir que os programas específicos abaixo propostos correspondem às necessidades e prioridades apontadas pelos beneficiários.

2 OBJECTIVOS DO PRMS

O objectivo principal do presente PRMS é melhorar ou, pelo menos, restaurar para os níveis pré-projecto, as condições de subsistência económica das famílias e/ou entidades cujos modos de vida e actividades económicas sofreram perturbações induzidas pela implementação do Projecto.

Sendo um instrumento complementar ao Plano de Reassentamento, a função última do PRMS é a de acompanhar e apoiar, por um período não inferior a 3 anos, as actividades produtivas dos agregados familiares beneficiários, prazo este considerado suficiente para que novas rotinas se instalem e que a situação socioeconómica dos agregados estabilize, anulando os efeitos negativos das alterações induzidas pelo Projecto.

3 PRESSUPOSTOS

- O presente PRMS complementa o Plano de Reassentamento (PR) e destina-se a mitigar os impactos a médio e longo prazo decorrentes das situações de deslocação física e económica induzidas pelo Projecto nas actividades agrícola e de pesca artesanal;
- Assume-se que as medidas de compensação destinadas a mitigar os impactos imediatos das situações de deslocação física e económica, induzidas pelo Projecto e prescritas no Plano de Reassentamento serão implementadas antes da activação do PRMS. Estas medidas incluem:
 - A alocação de casas de substituição das residências perdidas a favor do Projecto;
 - A alocação de terra agrícola de substituição, devidamente limpa de vegetação e arada; e,
 - O pagamento de compensações monetárias por perda de culturas e outros insumos agrícolas, quando aplicável;
- As medidas de mitigação e os programas de restauração dos meios de subsistência a implementar deverão ser suficientemente robustos para evitar necessidades adicionais de reassentamento

(reassentamento esse que foi requerido por alguns pescadores, nomeadamente de Macumbine, mas que não parece ser uma opção viável, tendo em vista os custos e a dificuldade de encontrar terra de substituição).

4 ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULATÓRIO

Embora não exista legislação específica sobre a elaboração de Planos de Restauração dos Meios de Subsistência (PRMS), a obrigatoriedade legal de repor as condições de vida das populações afectadas por reassentamento involuntário para níveis, no mínimo, semelhantes aos da situação pré-reassentamento e de garantir compensação plena para todas as situações de deslocação económica fez com que se tenha imposto, como prática corrente, a elaboração de Planos de Restauração de Meios de Subsistência.

Tal imposição decorre, igualmente, da incorporação das melhores práticas internacionais (que são claras quanto à necessidade de elaboração de um PRMS) na praxis Moçambicana sobre o reassentamento involuntário.

A lista dos instrumentos legislativos que contém subsídios para a gestão dos recursos naturais e das situações de deslocação física e económica é muito extensa. No presente documento mencionam-se apenas os normativos essenciais para o fim em vista, sendo que a relação exaustiva da legislação relevante pode ser encontrada no Plano de Reassentamento.

4.1 Legislação Nacional

O principal quadro legislativo específico a considerar na elaboração das componentes de agricultura e de pescas do Plano de Restauração dos Meios de Subsistência é o seguinte:

- Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (Decreto Nº 31/2012, de 8 de Agosto);
- Regulamento Interno para o Funcionamento da Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento (Diploma Ministerial Nº 155/2014 de 19 de Setembro);
- A Directiva Técnica para o Processo de Elaboração de Planos de Reassentamento (Diploma Ministerial Nº 156/2014 de 19 de Setembro);
- A Directiva sobre o Processo de Expropriação para fins de Ordenamento Territorial (Diploma Ministerial Nº 181/2010, de 3 de Novembro); e,
- O Regulamento sobre o processo de Avaliação do Impacto Ambiental (Decreto Nº 45/2004, de 29 de Setembro).

4.2 Boas práticas internacionais

Tem sido prática corrente em Moçambique que as boas práticas internacionais sobre o Reassentamento Involuntário promovidas por instituições tais como o Banco Mundial e a Corporação Financeira Internacional (IFC) sejam seguidas por causa das salvaguardas que estas fornecem às partes afectadas. Além disso, o cumprimento das melhores práticas internacionais é um requisito absoluto, no caso de um proponente que solicite financiamento externo.

O Projecto de construção do Porto de Macuse está alinhado com os princípios preconizados pela IFC, pelo que se aplicam as disposições contidas no Padrão de Desempenho 5 (PD5) da IFC (2012), referente à Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário. Note-se que, no caso da deslocação involuntária de pessoas ou comunidades, a IFC exige a plena implementação do PD5 como pré-requisito para a aprovação do financiamento.

5 COMPONENTE AGRÍCOLA

5.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A produção agrícola familiar constitui uma actividade vital para os agregados que vivem na área do Projecto. O Censo e Inventário Patrimonial realizados no âmbito da preparação do Plano de Reassentamento (PR) permitiram verificar que todas as famílias residentes na área de implantação do Projecto têm pelo menos uma machamba, sendo que cerca de três quartos destas famílias contam com as suas machambas para suprir a maioria das suas necessidades alimentares. A construção do Porto de Macuse implicará a perda de terra agrícola nos seguintes locais:

- Na área de implantação do Porto;
- Na área tampão da linha férrea (que inclui a área do nó ferroviário e o corredor ferroviário do km1 ao km6); e,
- Na área hospedeira residencial.

Prevê-se que as machambas existentes na área tampão do porto poderão continuar a ser utilizadas normalmente, não sendo, por conseguinte, necessária a sua substituição.

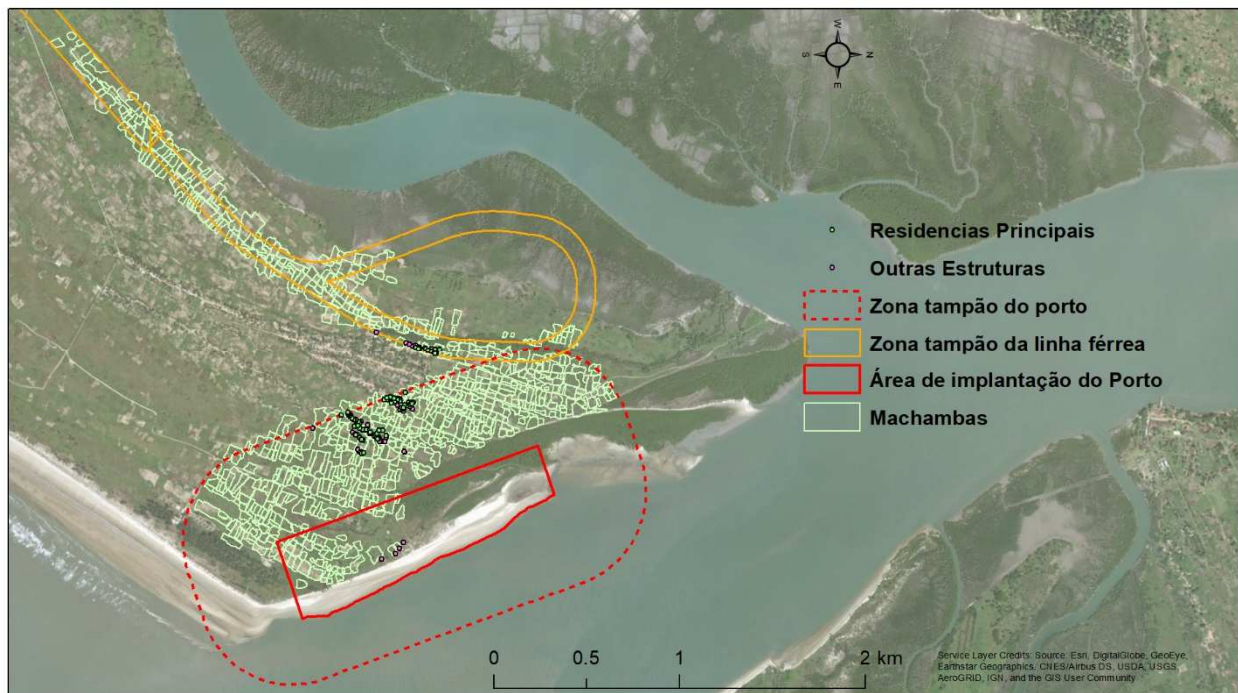


Figura 1. Área de influência directa do Projecto

A entrega de terra de substituição com aptidão agrícola em tudo semelhante à das machambas perdidas a favor do Projecto visa, deste modo criar as condições de base necessárias para permitir às famílias afectadas manter ou expandir (com o auxílio dos Programas que integram o presente PRMS) os seus actuais níveis de produção.

5.2 ELEGIBILIDADE PARA A COMPONENTE AGRÍCOLA DO PRMS

São elegíveis para as medidas propostas ao abrigo da componente agrícola do Plano de Restauração dos Meios de Subsistência as seguintes categorias de partes afectadas:

- Agregados que percam machambas na área de implantação do Porto;
- Agregados que percam machambas na área tampão da linha férrea (que inclui a área do nó ferroviário e o corredor ferroviário do km1 ao km6); e,
- Agregados que percam machambas na área hospedeira residencial.

5.3 CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AID DO PROJECTO

De acordo com os dados do Censo 2007, cerca de 82 a 86% da população economicamente activa nas áreas rurais do Distrito de Quelimane estava enquadrada em actividades do sector primário (principalmente agricultura e pesca). A população residente na área do projecto (que se situa em terras pertencentes ao Posto Administrativo de Maquival) e as famílias afectadas por deslocação física e por deslocação económica enquadram-se, naturalmente, nesta caracterização genérica.

A *agricultura de subsistência* é a principal actividade desenvolvida pela grande maioria dos agregados familiares afectados, sendo a mandioca, a batata-doce, o feijão, o arroz e as hortícolas os principais produtos cultivados. A *pecuária* é, para algumas famílias, uma actividade complementar à agricultura de subsistência e é baseada, sobretudo, na criação de pequenas espécies (aves e gado caprino).

As machambas são de pequenas dimensões (normalmente entre os 0,1 e os 0,3 ha), raramente ultrapassando meio hectare.

Tratando-se de uma área costeira, a pesca é uma actividade de grande importância que envolve um número relativamente alto de agregados familiares e em muitos casos assumindo dentro da economia do agregado familiar uma importância tão grande como a agricultura.

5.4 ÁREA HOSPEDEIRA AGRÍCOLA

A área hospedeira alocada pelo Governo do Distrito de Quelimane é composta por terras cedidas pela Madal ao Governo no Posto Administrativo de Maquival, Localidade de Zalala e tem uma área de aproximadamente 90 hectares, o que permite satisfazer as necessidades de terra de todas as famílias afectadas por deslocação económica. Essas necessidades ascendem a 77 hectares, assim distribuídos:

- | | |
|--|-------|
| • Reposição de terra perdida na área de construção do porto e nó ferroviário | 46 ha |
| • Reposição de terra perdida na área do km 1 ao km 6 | 17 ha |
| • Reposição de terra perdida na área da aldeia de reassentamento | 14 ha |
| • TOTAL | 77 ha |

A aptidão agrícola da área hospedeira é semelhante à das machambas que irão ser perdidas.

Os princípios gerais de orientação que foram aplicados para a selecção de possíveis áreas hospedeiras para fins agrícolas foram os seguintes:

- A nova área agrícola deve estar o mais próximo possível dos locais onde as famílias afectadas vivem actualmente; caso a distância seja superior a 5 km, medidas especiais de apoio devem ser propostas e implementadas, no sentido de viabilizar a utilização da área pelas famílias afectadas por deslocação económica.
- A nova área agrícola deve ter terra com aptidão agrícola igual ou superior à das terras a abandonar pelas famílias afectadas por deslocação económica.

No entanto, o elevado índice de ocupação de terra na região envolvente do Projecto acabaria por dificultar a optimização do critério de proximidade. Assim, só foi possível identificar terra de boa aptidão agrícola e na quantidade necessária a cerca de 21 kms do Supinho. Para mitigar o factor distância, no entanto, o Projecto irá implementar as seguintes medidas:

- Fornecimento de 2 bicicletas a cada agregado familiar que receberá terra na área hospedeira agrícola;
- Atribuição de abrigos de machamba melhorados; e,
- Reabilitação da estrada de acesso ao local, de modo a assegurar a sua transitabilidade por bicicletas.



Figura 2. Localização da área hospedeira agrícola

5.5 PROCESSO DE CONSULTA

Uma vez que o reassentamento é, por definição, um processo participativo, as pessoas afectadas devem ser consultadas e envolvidas na selecção de áreas de acolhimento. Assim, o local para a alocação de novas terras agrícolas foi identificado em conjunto entre os líderes da comunidade e funcionários da administração local. Foram igualmente organizadas visitas ao local, envolvendo os membros do Comité Local de Reassentamento e membros das famílias afectadas, para validação do local. Mais concretamente, foram efectuadas as seguintes visitas à Área Hospedeira Agrícola:

- Dia 4 de Novembro de 2019: visita dos 40 membros do Comité Local de Reassentamento.
- Dia 8 de Novembro de 2019: visita de uma delegação de agregados afectados, também ela composta por 40 membros das diferentes aldeias abrangidas pelo Projecto.

As opiniões dos visitantes foram maioritariamente positivas quanto à qualidade da terra, sendo o único ponto fraco a distância (cerca de 21 km do Supinho). No entanto, as medidas de mitigação do factor distância propostas pelo Projecto (reabilitação da estrada de acesso ao local, oferta de bicicletas e construção de abrigos de machamba melhorados para pernoita) foram consideradas como suficientes para viabilizar a área escolhida.

5.5.1 Consultas aos agregados familiares beneficiários

Os agregados familiares envolvidos na actividade agrícola foram consultados através de reuniões grupais realizadas em cada uma das aldeias abrangidas pelo Projecto. Em todas as reuniões, a agenda centrou-se sobre dois pontos fundamentais:

- Explicar os principais impactos do Projecto sobre a actividade agrícola; e
- Apresentar e avaliar os programas de restauração da actividade agrícola.

Abaixo se detalham as reuniões de grupo focal realizadas no âmbito do PRMS:

Tabela 1. Grupos focais realizados para a componente agrícola no âmbito da elaboração do PRMS

Aldeia	Grupo Focal	Data	Nº de participantes
Supinho	Homens	15/01/2020	98
	Mulheres	15/01/2020	114
Idugo	Homens	17/01/2020	43
	Mulheres	17/01/2020	47
Tate	Homens	18/01/2020	22
	Mulheres	18/01/2020	41
Malanha	Homens	16/01/2020	8
	Mulheres	16/01/2020	10

Em todos os grupos focais realizados, destacaram-se as seguintes constatações:

- Preocupação em relação ao um compromisso claro do Projecto na implementação dos programas apresentados;
- Concessão formal das terras de substituição agrícola atribuídas em Muíamo com menção ao tratamento adequado às comunidades hospedeiras;
- Possibilidade de substituição das bicicletas por motorizadas como forma de minimizar a distância da área hospedeira agrícola;
- Abertura de um furo de água em Muíamo para facilitar o abastecimento das famílias durante a sua estadia;
- Abrangência do programa de apoio na produção de hortícolas a todas as famílias da área do Projecto através da disseminação de técnicas de cultivo de hortícolas em campos de demonstração;
- Distribuição de sementes, insumos e fertilizantes para produção de hortícolas a todas famílias afectadas durante o todo o período de implementação do PRMS;

A comunidade de Supinho considera ainda relevante que o Projecto preste assistência técnica aos equipamentos agrícola durante a implementação do PRMS. A comunidade de Tate propõe a criação de associações somente para a fase de aprendizagem nos campos de demonstração e partilha de alfaias de baixo custo. Contudo, a atribuição de celeiros, alfaias e insumos deverá ser feita de forma individual, por cada agregado familiar abrangido.

A discussão do pacote de restauração dos meios de subsistência agrícola encerrou com um encontro com o Comité Local de Reassentamento realizado a 20 de Janeiro de 2020 e contando com a presença dos 35 membros do comité, 13 dos quais mulheres. O principal ponto de discussão estava relacionado com a apresentação, em simultâneo, do PRMS e do programa de investimento comunitário no âmbito da responsabilidade social como formação de jovens, projectos para mulheres, crianças e homens e infra-estruturas comunitárias, considerando que toda a comunidade é, directa e indirectamente, afectada pelo Projecto.

5.5.2 Consultas com o colectivo do Serviço Distrital de Actividades Económicas

A 16 de Janeiro de 2020 foi realizado um encontro de consulta com o Serviço Distrital de Actividades Económicas do Distrito de Quelimane (SDAE). O principal objectivo deste encontro era o de apresentar e colher as principais considerações desta instituição em relação aos programas agrícolas apresentados para o Projecto, tendo sido levantados os seguintes aspectos:

- Avaliação de uma componente de apoio institucional para o SDAE de modo a estar capacitado para dar seguimento a assistência as famílias após o término do apoio do projecto;
- Inclusão de uma componente de nutrição nas capacitações atribuídas às famílias (orientação sobre nutrição, o que produzir, como produzir, alimentos conjugados); e,
- Substituição de alfaias agrícolas de baixo custo por dois ou três tractores que serão geridos pelo SDAE.

5.6 PROGRAMAS DE RESTAURAÇÃO DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA PROPOSTOS

Com base na análise dos impactos do Projecto sobre a actividade agrícola, e considerando as contribuições recolhidas no processo de consulta efectuado e acima descrito, propõe-se o seguinte pacote de Programas:

- Um Programa de Extensão Agrícola;
- Um Programa de Apoio Técnico e Logístico à Agricultura Familiar;
- Um Programa de Armazenamento Pós-Colheita; e,
- Um Programa de Construção de Canteiros para Horticultura.

Abaixo descrevem-se os grupos alvo, os objectivos e a análise justificativa de cada um destes projectos.

5.6.1 Programa de extensão agrícola

Grupo alvo:

Todos os agregados que recebam machambas de substituição.

Objectivos:

Melhorar e modernizar as técnicas produtivas e a gestão da agricultura familiar das famílias afectadas.

O Projecto irá apoiar o aperfeiçoamento das competências agrícolas dos agricultores afectados através de várias abordagens de extensão e formação. O apoio será disponibilizado principalmente por uma Equipa de Apoio à Agricultura especializada em extensão agrícola que irá trabalhar em colaboração com a equipa de extensão rural dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) do Distrito de Quelimane.

Além da componente de formação, a equipa de apoio será responsável por ajudar os agricultores a organizar uma ou mais associações de agricultores, dar formação aos chefes das associações sobre como gerir eficazmente as organizações, monitorizar e apresentar relatórios sobre os progressos da implementação, o grau de adopção dos novos conhecimentos e tecnologia, bem como os resultados no que diz respeito aos níveis de produtividade e produção.

Sugere-se que esta componente desenvolva parcelas experimentais como veículo principal para a capacitação dos agricultores, parcelas essas que podem ser machambas de substituição cujos proprietários decidam aderir, de forma voluntária, ao Programa ou parcelas especificamente reservadas para capacitação. A formação em desenvolvimento de competências incluirá, mas não deve se limitar às práticas de gestão de terras e culturas, tais como: lavra mínima; colheita precoce; lavoura seguindo as curvas de nível; controlo de erosão; aplicação de cobertura morta; data de plantio; densidade de plantio; profundidade de plantio; estrume, adubo e aplicação de pesticidas e controlo de ervas daninhas.

5.6.2 Programa de apoio técnico e logístico à agricultura familiar

Grupo alvo:

Todos os agregados que recebam machambas de substituição.

Objectivos:

Aumentar a produtividade e otimizar a utilização da mão-de-obra agrícola.

Este Programa assenta em duas vertentes essenciais: o fornecimento inicial de insumos agrícolas a todos os agregados que receberem terra de substituição e a promoção do uso de alfaias agrícolas eficazes e de baixo custo.

Fornecimento de insumos agrícolas

O Projecto fornecerá a todos os agregados que receberem terra de substituição um pacote inicial de insumos e de variedades de culturas apropriadas, como sementes certificadas, fertilizantes e pesticidas, e disponibilizará, através de uma ONG credenciada para o efeito, a formação e o aconselhamento necessários para a sua correcta utilização. Estes insumos deverão ser disponibilizados para a primeira campanha agrícola nas machambas de substituição.

Promoção do uso de alfaias agrícolas

A equipa de apoio irá demonstrar e incentivar o uso de alfaias eficazes e de baixo custo que sejam apropriadas aos pequenos agricultores e que já demonstraram ser possível diminuir os requisitos de mão-de-obra e aumentar a produtividade. Os equipamentos a propor incluem semeadores e aplicadores de fertilizante de tracção humana, como pulverizadores dorsais para aplicação de pesticidas.



Figura 3. Exemplo de semeador/aplicador de fertilizante de tracção humana

O Projecto deverá adquirir algumas destas alfaias agrícolas (em número a determinar) e fazer uma demonstração do seu uso em parcelas experimentais. Uma vez finalizado o período de demonstração, as alfaias ficarão disponíveis para uso em base rotativa, nos termos a definir pelos agregados interessados. Dependendo da reacção dos agricultores, o Projecto pode facilitar o contacto entre os agricultores interessados e os fornecedores, apoiar o processo de entrega das alfaias nas machambas e dar formação no domínio do uso e manutenção das alfaias.

5.6.3 Programa de armazenamento pós-colheita

Grupo alvo:

Todos os agregados que recebam machambas de substituição.

Objectivos:

Melhorar as condições de armazenamento dos excedentes agrícolas e garantir a segurança das reservas alimentares dos agregados.

Existem actualmente perdas bastante significativas dos produtos agrícolas que são armazenados na maioria dos celeiros tradicionais. Estas perdas devem-se ao consumo ou destruição por pragas, como gorgulhos e ratos. Isto ocorre, principalmente, devido à estrutura dos celeiros e ao tipo de materiais de construção utilizados. A maior parte das famílias não tem conhecimento dos produtos químicos disponíveis para matar ou dissuadir as pragas ou, se o têm, não sabem onde adquirir esses químicos, ou não têm como pagá-los.

Para reduzir as perdas que ocorrem actualmente nos celeiros tradicionais durante o armazenamento, o Projecto irá apoiar, com o apoio de uma ONG credenciada, a construção de celeiros melhorados tipo Gorongosa, celeiros de baixo custo desenvolvidos e testados pelo Programa Integrado para a Segurança Alimentar em Sofala. Este tipo de celeiro, adequado para pequenos agricultores, pode ser construído por trabalhadores locais e foi concebido para resistir às invasões de pragas de insectos e de roedores, garantindo assim a integridade dos cereais armazenados. Evita a condensação, o que permite guardar melhor os cereais, e também é à prova de incêndio. Um celeiro desta natureza permite que um agricultor possa vender os seus produtos fora da temporada pós-colheita habitual, conseguindo, assim, obter um preço melhor. O celeiro tem uma vida útil de pelo menos 20 anos e requer uma manutenção mínima.

5.6.4 Programa de construção de canteiros para horticultura

Grupo alvo:

Famílias deslocadas fisicamente para a nova aldeia de reassentamento.

Objectivos:

Aumentar a produção de hortícolas. Minimizar as necessidades de deslocação de alguns membros do agregado para a área hospedeira agrícola.

O Projecto vai promover, numa base de adesão voluntária, a criação de canteiros para produção de hortícolas nos quintais das parcelas residenciais de todas as famílias que vão ser deslocadas fisicamente para a área de reassentamento. Para além de aumentar a produção familiar, a abertura de canteiros no quintal permite que alguns membros da família pratiquem agricultura de proximidade, minimizando a deslocações desses membros para a área hospedeira agrícola. Os canteiros consistem, tipicamente, numa vala com cerca de 0,6 m de profundidade, 1 m de largura e de comprimento variável. A vala é preenchida com compostos orgânicos, detritos biodegradáveis e uma camada superficial do solo de boa qualidade. Esta abordagem tem sido utilizada com sucesso em vários projectos. Uma machamba em canteiros com uma área de 20 m² pode providenciar produtos hortícolas suficientes ao longo do ano para uma família de 5 pessoas.

A rega é geralmente feita à mão e, em alturas de escassez de água, podem utilizar-se métodos de poupança de água, que incluem, por exemplo, recipientes de plástico com pequenos orifícios e potes de argila. Estes são enterrados no solo e irrigam os solos lentamente, mantendo-o húmido.



Figura 4. Exemplo de canteiro para hortícolas

Tabela 2. Matriz-resumo dos Programas propostos para a componente de agricultura

PROGRAMA	Objectivos	Actividades-chave	Indicadores verificáveis	Pressupostos
Programa 1: Extensão agrícola	Melhorar e modernizar as técnicas produtivas e a gestão da agricultura familiar das famílias afectadas.	Treino; Constituição de uma ou mais associações de agricultores; Abertura de parcelas experimentais para demonstração de novas técnicas.	Nº de Associações de Agricultores constituídas Nº de parcelas experimentais abertas Nº de agricultores treinados	Adesão voluntária ao treino e demais actividades.
Programa 2: Apoio técnico e logístico à agricultura familiar	Aumentar a produtividade e otimizar a utilização da mão-de-obra agrícola.	Oferta de insumos agrícolas iniciais Promoção do uso de alfaías agrícolas eficazes e de baixo custo	Nº de agricultores que aderiram ao uso de alfaías agrícolas	Algumas alfaías adquiridas pelo Projecto Alfaías adquiridas pelo Projecto disponíveis para uso rotativo após período experimental
Programa 3: Armazenamento pós-colheita	Melhorar as condições de armazenamento dos excedentes agrícolas e garantir a segurança das reservas alimentares dos agregados.	Construção de celeiros tipo Gorongosa	Melhoria do estado de conservação dos produtos armazenados	Celeiros construídos pelo Projecto
Programa 4: Criação de canteiros para produção de hortícolas	Aumentar a produção de hortícolas Minimizar as necessidades de deslocação de alguns membros do agregado para a área hospedeira agrícola.	Formação em termos de construção e técnicas de irrigação dos canteiros	Nº de agregados que adeririam à construção de canteiros para hortícolas	Adesão voluntária

5.7 PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO

A implementação da componente agrícola do PRMS requer o concurso activo de vários parceiros. A Direcção Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar (DPASA) da Zambézia e os Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) do Distrito de Quelimane, instituições com as competências técnicas necessárias para prestar apoio no planeamento e orçamentação dos Programas a implementar, serão parceiros fundamentais. O empenhamento das Comissões de Reassentamento (a nível nacional, provincial e distrital) é igualmente necessário para o acompanhamento e verificação do processo de implementação.

Na fase de implementação do PRMS será solicitado o envolvimento de ONGs locais com experiência na área da agricultura, que possam garantir a execução dos vários Programas que integram o PRMS.

5.8 ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO

Abaixo se representa a estrutura de implementação proposta para a componente agrícola do PRMS.

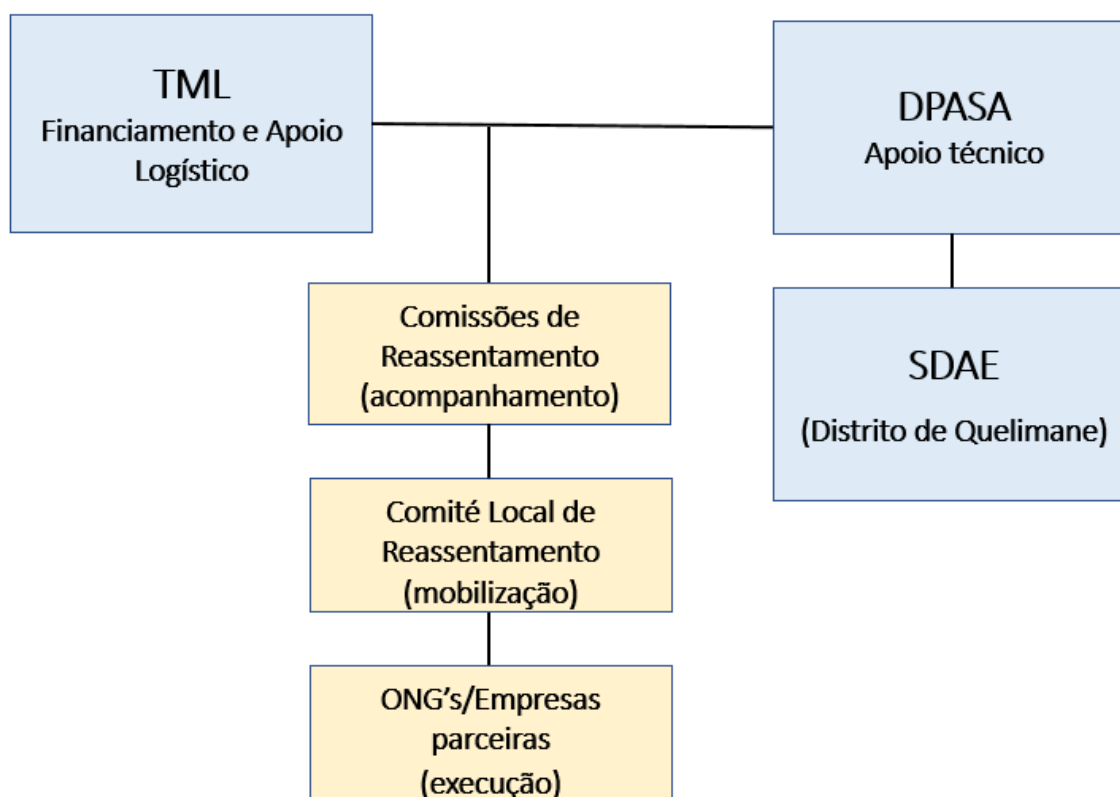


Figura 5. Estrutura de implementação da componente agrícola do PRMS

6 COMPONENTE DE PESCAS

6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A caracterização da actividade pesqueira na Área de Influência do Projecto foi feita através de um Estudo Especialista de Pescas, realizado em Janeiro de 2019 e incidiu sobre o contexto específico da Localidade de Zavala e do estuário do Rio Macuse, contexto este considerado como a área de influência directa do Projecto no que diz respeito a actividade de pesca artesanal, e que engloba os Centros de Pesca de Zalala, Malanha, Supinho, Idugo, Macumbine e Madingo.

O estudo incluiu a realização de reuniões de grupos focais com associações de pescadores, sendo um dos objectivos dessas reuniões recolher dos pescadores propostas concretas de medidas que, no seu entender, fossem apropriadas para mitigar eficazmente os impactos do Projecto na actividade pesqueira local. Posteriormente, para consolidar e refinar as sugestões então produzidas, foi realizada uma nova ronda de grupos focais de discussão (entre os dias 2 e 11 de Julho de 2019) abrangendo as associações de pescadores de Macumbine, Madingo, Malanha, Zalala, Supinho 1, Supinho 2 e Idugo.

As medidas propostas neste documento baseiam-se nos resultados recolhidos através destes grupos focais de discussão, e focam aspectos relacionados com a actividade pesqueira artesanal e com a recollecção de recursos marinhos e estuarinos na área de influência directa do Projecto.

No que diz respeito às pescas, o PRMS ajudará as famílias afectadas a adaptar-se às alterações (de lugar e de técnicas) que irão enfrentar, procurando equipá-las com os meios necessários para fazer face com sucesso a essas alterações. A assistência será prestada através de Programas específicos contidos no PRMS e concebidos expressamente para dar resposta aos desafios concretos a enfrentar. Para informar a elaboração desses Programas, o PRMS deverá:

- Identificar os impactos negativos do Projecto na actividade pesqueira artesanal na AID e propor Programas de Restauração dos Meios de Subsistência contendo medidas destinadas a mitigar eficazmente esses impactos;
- Identificar as preocupações levantadas pelas associações de Pescadores locais no sentido de as incorporar nos Programas de Restauração dos Meios de Subsistência;
- Definir os critérios de elegibilidade e os destinatários das medidas a implementar;
- Propor os mecanismos de reclamação e resolução de conflitos a utilizar;
- Definir responsabilidades organizacionais para a implementação do PRMS; e,
- Propor mecanismos de monitoria e avaliação para a fase de implementação do PRMS.

6.2 ELEGIBILIDADE PARA A COMPONENTE DE PESCAS DO PRMS

De acordo com a prática corrente, as medidas de restauração dos meios de subsistência a implementar como compensação pelos impactos do Projecto sobre a actividade pesqueira têm como destinatários as associações de pescadores locais, não sendo atribuídas a título individual.

Assim, as entidades elegíveis são:

- O Centro de pesca de Supinho (1 e 2);
- O Centro de pesca de Zalala;
- O Centro de pesca de Malanha;
- O Centro de pesca de Idugo;
- O Centro de pesca de Macumbine; e,
- O Centro de pesca de Madingo.

Esclareça-se que os pescadores migrantes, ou seja, pescadores residentes noutras regiões (nomeadamente Pebane, Maganja da Costa e Nampula) que pescam ocasionalmente na AID do Projecto, não serão objecto de nenhum programa a implementar ao abrigo do PRMS, uma vez que, sendo esses pescadores migrantes, por definição, móveis, não existem quaisquer restrições que possam limitar a sua escolha de outros locais de pesca.

6.3 CONTEXTO DA PESCA ARTESANAL NA AID DO PROJECTO

6.3.1 Zonas de pesca

As zonas de pesca ou pesqueiros constituem locais onde se encontram os recursos alvo e, portanto, onde é praticada a pesca. Estes são locais conhecidos pelos pescadores e cujo uso, na maioria dos casos, tem uma longa tradição. Vários factores determinam a definição e localização das zonas de pesca, nomeadamente a produtividade do local, o acesso, o tipo de fundo marinho, a qualidade das embarcações e o grau de segurança e autonomia que estas podem garantir, os meios de propulsão disponíveis e a facilidade de efectuar a operação de pesca.

A área de implementação do Projecto continua a ser intensivamente utilizada para a pesca e apresenta, essencialmente, três tipos de zonas de pesca:

- Uma zona tipicamente estuarina na foz do Rio Macuse;
- Uma zona mais para o interior do rio, nos canais formados e abrigados entre o mangal; e,
- Uma zona na costa marítima e em mar aberto.

6.3.2 Centros de pesca

Na área de influência directa do Projecto encontram-se seis Centros de Pesca artesanal que serão, em maior ou menor grau, afectados: Zalala, Malanha, Supinho (1 e 2), Idugo, Macumbine e Madingo (ver Figura 6 abaixo).

De acordo com informações dadas pelo Presidente do Concelho Comunitário de Pescas (CCP), esses seis Centros de Pesca estão todos englobados num único CCP, o de Zalala.

O Centro de Pesca do Supinho divide-se em duas áreas: Supinho 1 e Supinho 2. A área do Supinho 1 situa-se a norte do local onde será construído o porto e é também usada como ponto de desembarque de

mercadorias e de passageiros, não havendo actualmente um outro ponto para esse desembarque. A área do Supinho 2 é dedicada ao apoio à actividade pesqueira e localiza-se no interior da área definida para construção do Porto.

O Centro de Pesca de Idugo, localizado na ilha fluvial do mesmo nome desenvolve actividades no estuário do Rio Macuse e no Centro de Pesca do Supinho.

Os Centros de Pesca de Zalala e Malanha, localizados um ao lado do outro, apresentam áreas de desembarque e de actividades ao longo da praia relativamente extensas, perfazendo juntos cerca de 6 km (2 e 4 km, respectivamente).

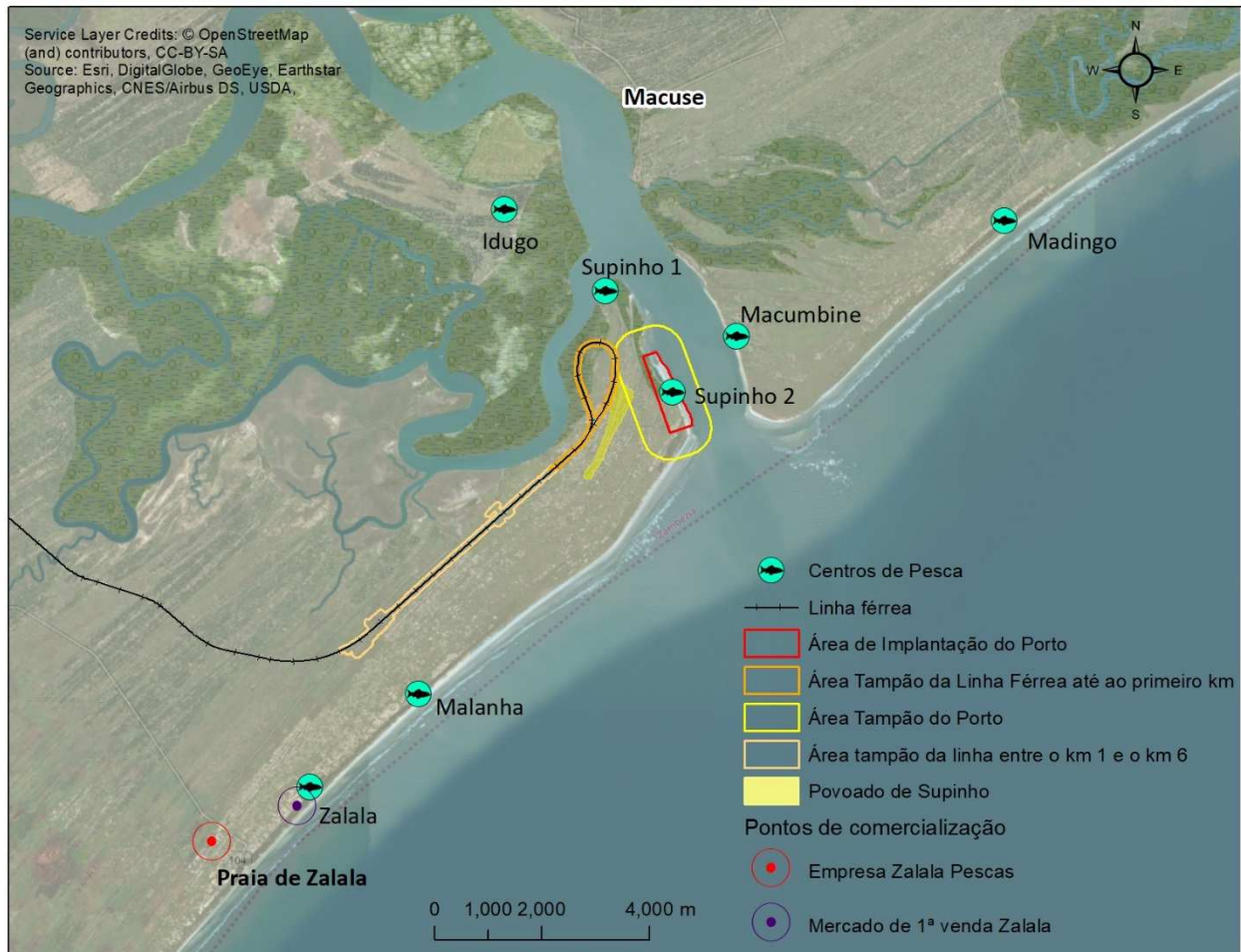


Figura 6. Mapa de localização dos Centros de Pesca na Área de Influência Directa do Projecto

O Centro de Pesca de Macumbine localiza-se na margem Norte do Rio Macuse. Apesar de se localizar fora da área de implantação do Porto, as suas actividades piscatórias desenvolvem-se no estuário, podendo colidir com as actividades de construção e operação portuária.

O Centro de Pesca de Madingo, situado no litoral a Norte da foz do Rio Macuse, no Distrito de Namacurra, tem dois pólos (Madingo 1 e Madingo 2) e é consideravelmente extenso, ocupando no total uma faixa de cerca de 3 km junto à praia.

6.3.3 *Intervenientes na actividade pesqueira artesanal*

De acordo com os dados levantados no terreno, os Centros de Pesca existentes na Área de Influência Directa do Projecto incluem um total de 6027 pescadores, sendo que mais de metade desses pescadores (3243) pertence ao Centro de Pesca de Zalala.

Os pescadores de rio e de estuário perfazem um total de 2230, sendo 471 de Supinho, 1155 de Macumbine e 604 de Idugo.

Para além dos pescadores, no entanto, há muitos outros intervenientes no processo da pesca artesanal, tais como os processadores de pescado, os comerciantes, os carpinteiros navais e os redeiros. A Tabela abaixo indica o número de intervenientes por actividade e Centro de Pesca.

Tabela 3. Número de intervenientes na actividade pesqueira nos Centros de Pesca da AID

Distrito	Centro de pesca	Pescadores	Processadores	Comerciantes	Carpinteiros	Redeiros	RFA*
Quelimane (Localidade de Zalala)	Zalala	3243	60	60	12	29	21
	Malanha	324	24	24	1	12	0
	Supinho	471	55	55	4	11	1
	Idugo	604	96	35	10	4	1
Namacurra (Localidade de Macuse)	Macumbine	1155	19	19	2	6	0
	Madingo	230	50	S/I	2	4	0
	TOTAL	6027	304	193	31	66	23

*RFA: Recolha de fauna acompanhante

Em termos comparativos com os dados levantados no EIA, o número de intervenientes na actividade pesqueira tem vindo a aumentar, o que indicia uma crescente importância desta actividade no quadro geral das estratégias de subsistência locais.

Para a maioria dos agregados familiares abordados neste estudo, as actividades ligadas à pesca são fundamentais para a sobrevivência dos agregados familiares envolvidos, quer sejam residentes na Área de Influência Directa do Projecto, quer sejam de fora, desempenhando um papel essencial no seu rendimento

e contribuindo significativamente para o sustento familiar e para a manutenção e/ou melhoria da sua qualidade de vida.

É igualmente importante sublinhar o papel de grupos vulneráveis como as crianças órfãs e dos agregados familiares dirigidos por mulheres praticando uma versão reduzida de quinia, cujo produto constitui ainda um valioso subsídio para a compra de algum material escolar e vestuário para essas crianças, para além de servir de alimento aos agregados a que pertencem. Dado que não se pretende apoiar estas práticas ambientalmente insustentáveis, a resposta passará pela criação de actividades alternativas para este grupo.

6.3.4 Métodos e artes de pesca

Dos métodos de pesca praticados destacam-se:

- O arrasto para a praia e de estuário (conforme a localização do Centro de Pesca);
- O emalhe de fundo e de superfície;
- O palangre;
- A pesca à linha de mão;
- A recolocção de crustáceos e invertebrados (esta última com carácter de subsistência), principalmente para nos Centros de Pesca localizados no estuário;
- A quinia e a chicocota, artes consideradas ambientalmente nocivas; e,
- A Sávega e o Gango, recentemente introduzidas e consideradas ambientalmente nocivas.

Tabela 4. Artes de pesca praticadas nos diversos Centros de Pesca da AID

Arte de Pesca /Centro de Pesca	Linha de mão	Arrasto p/ praia	Emalhe de superfície	Arraste de estuário	Emalhe de fundo	Palangre	Chicocota	Quinia	Colecta de caranguejo	Gango	Sávega	Colecta de ameijoas/cara mujo
Zalala		X	X		X	X	X	X				
Malanha		X						X				
Supinho	X		X	X		X	X	X	X		X	
Idugo	X		X	X		X	X	X	X	X	X	X
Madingo	X	X	X		X	X	X	X			X	X
Macumbine	X			X		X	X	X		X		X

A Quinia¹ e a Chicocota² são duas artes de pesca que embora sejam proibidas e consideradas nocivas pelo Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas têm uma prática intensiva na Área de Influência Directa do Projecto, constituindo um recurso de sobrevivência para uma grande parte dos agregados familiares envolvidos na actividade pesqueira. De acordo com os dados levantados, a Quinia é praticada em todos os Centros de Pesca da Área de Influência Directa do Projecto. Por se realizar à beira da praia, a Quinia é uma arte praticada principalmente por mulheres (embora alguns homens também a pratiquem). As crianças dedicam-se essencialmente à colecta de moluscos, embora algumas delas (especialmente as órfãs) recorram também à Quinia como meio de sobrevivência.

A Chicocota é praticada em quase todos os Centros de Pesca, com excepção do Centro de Pesca de Malanha.

A Sávega³ é uma outra arte recentemente introduzida, também considerada uma arte nociva (embora de acordo com os informantes seja menos prejudicial que a chicocota) que começa a ganhar expressão.

Importa ainda referir o Gango⁴ como uma arte de recolção que foi recentemente introduzida (nos últimos dois anos) na Área de Influência Directa do Projecto pelos Chineses, para colecta de caranguejos. É uma arte geralmente praticada na Província de Sofala.

Tabela 5. Número de praticantes das artes de pesca utilizadas na AID

Arte de Pesca /Centro de Pesca	Linha de mão	Arrasto p/ praia	Emalhe de superfície	Arraste de estuário	Emalhe de fundo	Palangre	Chicocota	Quinia	Colecta de caranguejo	Gango	Sávega	Colecta de ameijoas /Caramujo
Zalala		60	419		33	78	15	84				
Malanha		12						18				
Supinho			5	31		3	7	112	15		16	
Idugo	45		20	13		8	12	50	35	100	7	125
Madingo	4	22	112		2	3	49	50			9	7
Macumbine				12		2	39	15				17
Total	49	94	556	56	35	94	122	329	50	100	32	149

¹ Quinia: rede mosquiteira arrastada por duas pessoas paralelamente à margem. Rede de malhas muito pequenas (por isso considerada nociva), com cerca de 5 metros de comprimento por 3 de altura.

² Chicocota: arte similar ao arrasto, mas que é fixa em zonas contra a corrente. Usa malhas muito pequenas (essa é a razão da proibição)

³Sávega: Praticada no rio, com uma técnica semelhante ao emalhe, mas usando uma rede muito mais apertada.

⁴ Gango: espécie de gaiola feita de pneu para captura de caranguejos.

6.3.5 Capturas

O mapeamento participativo efectuado com os pescadores de Zalala, Malanha, Supinho, Idugo, Madingo e Macumbine indicou que a área de implementação do Projecto continua a ser intensivamente utilizada para a pesca, verificando-se uma intensificação do uso da zona do rio e da zona do estuário, uma maior captura de crustáceos nas zonas interiores do rio e regista-se ainda uma grande intensidade de uso de artes nocivas.

A análise de estatísticas mais recentes sobre as capturas por unidade de esforço (CPUEs). No actual Estudo de Pescas refere que a nível geral da província pode-se inferir, pelas tendências verificadas no período em análise, que as artes de arrasto, linha de mão e palangre terão tido variações dentro dos limites máximo e mínimo registados, enquanto que o emalhe de fundo terá mantido a sua tendência decrescente e o emalhe de superfície a sua tendência crescente.

Em relação à Recolha de Fauna Acompanhante (RFA) o Estudo de Pescas também refere que enquanto no relatório do EIA (referente ao período entre 2009 e 2015) as quantidades recolhidas variaram entre cerca de 2.200 toneladas em 2012 e cerca de 18.500 toneladas em 2011, tendo sido este último ano o melhor de toda a série com rendimentos por embarcação na ordem dos 2.300 kg. Dados mais recentes referentes ao primeiro semestre de 2018 indicam uma produção total equivalente a 2.202 toneladas e um rendimento médio de 1.903 kg/barco (DPMAIP 2018). O Estudo de Pescas do EIA refere também o registo de 16 embarcações motorizadas que se dedicam à recolha de fauna acompanhante (RFA) junto de embarcações de pesca industrial e semi-industrial de camarão que actuam no Banco de Sofala. Conforme esse Estudo, este é um tipo de actividade em que embarcações artesanais vão ao encontro das embarcações industriais, que se encontram na campanha de pesca de camarão, para adquirir a fauna acompanhante da pesca do camarão que, se não fossem estas iniciativas e dada a limitação na capacidade de armazenagem frigorífica dos barcos industriais e o baixo valor económico das espécies de fauna acompanhante, seria descartada para o mar.

Ainda de acordo com o mesmo Estudo, em cada embarcação de RFA embarcam entre 4 a 6 homens⁵ que partem de madrugada em direcção ao alto-mar para encontros combinados (via comunicação por telemóvel) ou para encontros aleatórios com os arrastões de camarão. Para a operação de RFA são levados sacos vazios para colocar os fardos congelados de pescado e, durante a operação, o barco de RFA faz a acostagem ao arrastão para permitir que um dos tripulantes entre a bordo do arrastão. Na região, as viagens até aos arrastões duram em média 8 a 10 horas, dependendo da distância a que se encontra o arrastão. A actividade de RFA é realizada em média 14 dias por mês, sendo bastante dependente do estado do tempo. Uma vez em terra, a fauna acompanhante recolhida entra no circuito de comercialização e abastecimento da população

Também em relação ao estado de exploração dos recursos o Estudo de Pescas actual confirma a existência de uma grande pressão de pesca e de um desequilíbrio entre a exploração e a reposição dos “stocks” de pescado, que é denotado nas seguintes condições:

- Aumento do esforço de pesca acompanhado por um decréscimo ou apenas uma estabilidade das CPUE;

⁵ As mulheres participam nesta actividade apenas como proprietárias e na compra e venda do pescado.

- Diminuição do esforço de pesca acompanhado por um não melhoramento dos rendimentos;
- Esforço de pesca estável com capturas e os rendimentos decrescentes; e,
- Espécies de pescado-alvo capturadas abaixo do tamanho de maturidade sexual, evidenciando pressão de pesca sobre indivíduos juvenis.

A comercialização de pescado fresco é efectuada pela maioria dos pescadores no acto de desembarque, ocorrendo uma intensa actividade de comercialização ao longo da praia envolvendo pescadores, compradores e revendedores. Apesar de haver um Mercado de 1a venda de pescado em Zalala, localizado na praia, as instalações não estão a ser utilizadas.

A comercialização de pescado seco tem também grande expressão, usando principalmente os processos de salga e secagem. Actualmente existem vários tanques de salga e secadores de pescado em construção nos Centros de Pesca. O processamento e acondicionamento para posterior comercialização é depois feito no próprio centro pelos pescadores (no caso de não terem vendido todo o pescado) ou pelos comerciantes intermediários.

A Zalala, Supinho e Madingo afluem comerciantes de pescado locais e de fora transportando *colemans* e bacias com gelo de fabrico caseiro para a compra de pescado fresco e processado ou ensacado sem processamento, no caso da fauna acompanhante.

6.3.6 Embarcações de pesca

A maioria das embarcações artesanais na Área de Influência Directa do Projecto são lanchas tipo *Moma* e canoas de tronco escavado, de propulsão a remos ou à vela (conforme a direcção dos ventos), o que limita bastante as distâncias alcançadas e a autonomia em mar (de menos de 12 horas). As embarcações motorizadas só foram registadas em número reduzido em Zalala e Madingo.



Figura 7. Embarcação tipo Moma (Zalala) e canoa de tronco escavado (Supinho)

A Tabela abaixo apresenta os tipos e o número de embarcações de pesca artesanal usadas actualmente nos Centros de Pesca da Área de Influência Directa do Projecto.

Tabela 6. Tipos e número de embarcações de pesca na AID

Tipo de embarcação	Canoa de tronco escavado		Lancha tipo Moma	
	Motorizada	Remo/Vela	Motorizada	Remo/Vela
Zalala	0	34	21	469
Malanha	0	0	0	12
Supinho	0	11	0	19
Idugo	0	175	0	13
Madingo	0	8	2	141
Macumbine	0	21	0	32
Total	0	249	23	686

Fonte: Estudo de Pesca, Impacto 2018

Os levantamentos efectuados indicam a existência de 958 embarcações, a maior parte sendo lanchas tipo Moma com propulsão a remos e à vela. Existem apenas 23 embarcações motorizadas, sendo 21 em Zalala e 2 em Madingo.

6.3.7 Comercialização e infraestruturas existentes

A comercialização de pescado fresco é efectuada pela maioria dos pescadores no acto de desembarque, ocorrendo uma intensa actividade de comercialização ao longo da praia envolvendo pescadores, compradores e revendedores. Após o desembarque, os produtos pesqueiros são vendidos frescos directamente ao consumidor ou aos intermediários. Apesar de haver um Mercado de 1ª venda de pescado em Zalala, localizado na praia, as instalações não estão a ser utilizadas. A venda de peixe ocorre na praia.

O processamento e acondicionamento para posterior comercialização são feitos no próprio centro pelos pescadores (no caso de não terem vendido todo o pescado) ou pelos comerciantes intermediários.

Há também grande comercialização de pescado seco. A salga e secagem são as formas de processamento mais aplicadas nestes centros de pesca, em detrimento da fumagem.



Figura 8. Mercado de 1ª venda de pescado em Zalala

O Mercado de 1ª venda de pescado de Zalala foi erguido com o apoio do Projecto ProPesca, destinado à comercialização de pescado fresco. Este mercado tem um centro frigorífico e condições para a lavagem, processamento e conservação do pescado, um pavilhão com capacidade para 50 vendedores, uma mini-fábrica de produção de gelo e sanitários. A mini fábrica de gelo e os frigoríficos, no entanto, não estão a funcionar.

O mercado está actualmente em obras, com a construção de quartos para alugar aos comerciantes de longe, como forma de lhes proporcionar acomodação e condições de frio para guardar o pescado comprado até seguirem viagem. Os principais centros/mercados de consumo do pescado são Quelimane, Mocuba, Gurué, Milange, Alto-Molocué, Ile, e o interior dos distritos de Nicoadala e Namacurra. Em menor quantidade, algum pescado tem como destino os mercados de Nampula, Chimoio e Cuamba.

6.4 PROCESSO DE CONSULTA

A construção das instalações portuárias e sua operação irão provocar alguns impactos negativos sobre as actividades de pesca artesanal no estuário do Rio Macuse e nas áreas adjacentes. De modo a recolher subsídios para informar a elaboração de medidas de restauração dos meios de subsistência adequadas, foi empreendido um processo de consulta a duas entidades fundamentais:

- Os membros dos seis Centros de Pesca Artesanal da AID; e
- Técnicos da Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas.

Os pescadores e demais intervenientes nas actividades dos Centros de Pesca foram consultados através de reuniões grupos focais em dois momentos principais:

- Uma primeira ronda ocorreu entre os dias 13 e 28 de Setembro de 2018, no âmbito da realização do Estudo Especialista de Pescas

- Uma segunda realizou-se entre os dias 5 e 11 de Julho de 2019, no âmbito da preparação do presente PRMS.

Em ambas as rondas, a agenda centrou-se sobre dois pontos fundamentais:

- Explicar os principais impactos do Projecto sobre as actividades de pesca artesanal; e
- Pedir aos intervenientes que indicassem as medidas de mitigação que gostariam de ver implementadas.

Abaixo, detalham-se as reuniões de grupo focal realizadas no âmbito do PRMS:

Tabela 7. Grupos focais realizados para a componente de pescas no âmbito da elaboração do PRMS

Centro de Pesca	Data	Nº de participantes
1ª Ronda		
Idugo	5 de Julho 2019	20
Supinho	7 de Julho 2019	12
Malanha	8 de Julho 2019	10
Zalala	9 de Julho 2019	13
Macumbine	10 de Julho 2019	20
Madingo	11 de Julho 2019	42
2ª Ronda		
Idugo	17 de Dezembro de 2019	73
Macumbine	18 de Dezembro de 2019	43
Malanha	20 de Dezembro de 2019	6
Zalala	20 de Dezembro de 2019	12
Supinho	21 de Dezembro de 2019	22
Madingo	21 de Dezembro de 2019	22

Por sua vez, os técnicos da Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas foram consultados durante a elaboração do Estudo Especialista de Pescas e para a discussão dos programas de pesca no âmbito do PRMS, através de entrevistas focadas na análise dos impactos do Projecto sobre a pesca artesanal e sobre a busca de soluções de mitigação adequadas.

6.4.1 Consultas aos membros dos Centros de Pesca

6.4.1.1 Primeira Ronda de Consultas

Nos encontros realizados nos centros de pesca entre os dias 13 e 28 de Setembro de 2018, os participantes foram confrontados com os principais impactos previstos, tendo sugerido as medidas de mitigação que lhes parecem mais adequadas. Note-se que a expectativa de emprego é muito grande entre os intervenientes na actividade pesqueira, que vêem a obtenção de postos de trabalho no Projecto como uma

forma de melhorar a vida dos seus agregados familiares. Contudo, para os pescadores, esse emprego não representa uma substituição da actividade pesqueira, sendo visto, na maior parte dos casos, como uma actividade a ser desenvolvida não por eles mas por alguns membros do seu agregado, constituindo uma contribuição para a melhoria da renda familiar.

As preocupações expressas pelos intervenientes centraram-se nas seguintes questões:

1. Perda permanente da área onde estão estabelecidos Centros de Pesca Artesanal e locais de desembarque, devido às actividades de construção

Resumo da questão: A construção das instalações portuárias irá levar à perda do Centro de Pesca do Supinho 2, onde operam cerca de 35 pescadores. A sua saída do local implicará a deslocação das suas embarcações e artes de pesca.

Receptores sensíveis: membros do Centro de Pesca de Supinho (1 e 2)

OPINIÃO DOS AFECTADOS

Para os afectados do Centro de Pesca de Supinho existem algumas questões a considerar no caso de relocação:

- A localização do novo Centro de Pesca deve permitir que o processamento do pescado seja feito no local.
- A localização do Centro de Pesca deve ser próxima das suas casas e machambas, para permitir que as pessoas possam dar assistência às suas famílias (participação nas actividades da machamba, entre outras) e às suas actividades ligadas à pesca, que de certa forma envolvem todo o agregado familiar.
- A actividade no novo Centro de Pesca deverá ter em conta que as embarcações e redes estão preparadas para pesca de rio e de estuário, não sendo adequadas para a pesca no mar alto. Caso se opte por uma localização para pesca no mar alto, deverá ser tomado em conta que isso irá requerer uma mudança no tipo de embarcações utilizadas, na tecnologia, nas artes e nos instrumentos de pesca.

2) Potencial perda de zonas de pesca e de acesso ao mar devido à construção e presença das infraestruturas do Projecto (cais de acostagem e molhes) e à interdição de actividade no interior do canal de acesso ao porto.

Resumo da questão: A construção das instalações portuárias e os regulamentos de segurança ligados às actividades portuárias os quais, por norma, incluem o estabelecimento de um perímetro de segurança interdito à circulação de embarcações de pesca, reservando a área para as operações previstas, garantindo a segurança destas operações e evitando perigos a outros potenciais utilizadores. Não se conhecendo ainda a localização e extensão destas áreas de interdição, pode-se contudo prever que as mesmas irão afectar, de uma forma geral, os cerca de 500 pescadores dos Centros de Pesca ao longo do Rio Macuse, nomeadamente os centros de Idugo, do Supinho e, de Macumbine e de Madingo e as rotas de pesca

actualmente estabelecidas por estes. A localização dos molhes (que se estendem por 4 km e 3 km, respectivamente a Sul e Norte do estuário) poderá também interferir com a actividade destes Centros de Pesca.

Receptores sensíveis: todos os Centros de Pesca operando na foz do Rio Macuse.

OPINIÃO DOS AFECTADOS

- Os afectados manifestaram algum receio pela restrição de pesca, tanto na foz e no estuário do Rio Macuse (área em frente às instalações do porto), como na zona de mar para Norte e para Sul do estuário, devido às construções que serão feitas.
- Em relação à possibilidade de mudanças nas áreas e modalidades de pesca praticadas, registaram-se as opiniões seguintes:

Supinho

- Para os pescadores do Supinho, a mudança de pesca de estuário para pesca de mar aberto requer várias acções de formação dos pescadores, para além de um suporte financeiro para mudança de embarcações, instrumentos e tecnologia;
- Para os pescadores mais idosos, a possibilidade de outra actividade diferente da pesca é a solução mais viável, dado que não possuem capacidades físicas que permitam enfrentar a pesca no mar aberto; e,
- Alguns pescadores admitem como opção passar a pescar nos canais do interior, a montante do novo porto. No entanto, a pesca nos canais do interior tem que ser bem localizada, uma vez que há canais inviáveis por estarem cheios de troncos que acabam por rasgar as redes.

Macumbine

- Para os comerciantes e pescadores de Macumbine, a mudança do seu Centro de Pesca, caso ocorra, implica necessariamente mudança das residências e machambas. Se não puderem pescar no rio, não vale a pena viver em Macumbine. Macumbine não é só um Centro de pesca, mas sim uma aldeia de pescadores que vivem ali há gerações. A movimentação dos agregados familiares requer que sejam feitas indemnizações pelas casas e pelas machambas e dever-se-á incluir a perda da terra que pertencia aos seus pais e avós, pelo seu valor imaterial;
- Para o Grupo Focal de mulheres pescadoras de quinia, o local de reassentamento, para além de comportar condições de alojamento e da machamba, deve ser um local com acesso a estradas transitáveis e a mercados. A perda das suas casas e machambas, bem como a perda do local de pesca e do direito à travessia para Supinho (para comercialização do pescado) são passíveis de ser compensadas. Gostariam de participar na discussão das condições de relocação e compensação, ao lado dos líderes locais e do CCP;
- No caso de terem de sair de Macumbine, para além de outro lugar onde viver deveria ser dada às pessoas a possibilidade de ter outra ocupação, como é o caso dos projectos de Aquacultura (o que

implica formação e apoio financeiro), ou mesmo emprego no Porto. Um dos Grupos Focais sugeriu que no caso de haver mais trabalhadores candidatos do que postos de trabalho, poderia fazer-se uma rotação de emprego de 6 em 6 meses, “como se faz no Xitique”. Desse modo, algumas pessoas poderiam ter oportunidade de conseguir emprego pelo menos duas vezes num ano; e,

- A construção dos molhes é vista como podendo ser um grande impedimento até para a pesca no alto mar.

Idugo

- Se saírem de Idugo, o local de reassentamento terá de ser um lugar com rio e com água salgada, dado que vivem do rio e do mangal, donde tiram o pescado (peixe, caranguejo e moluscos), a lenha e o sal;
- Se continuarem a viver no Idugo, as canoas não podem parar. Toda a sua vida é feita a partir do Supinho (pesca, compra de pescado para comercializar, agricultura) e de Macuse (hospital, lojas, venda de pescado). A travessia de barco é inevitável tanto para o Supinho como para a Boror. Se não puderem circular de barco, será necessário fazer uma ponte para atravessar para o Supinho, pelo menos. Para a Boror, não há alternativa; e,
- O emprego pode ser uma alternativa de compensação de uma parte das pessoas afectadas, dando prioridade aos jovens.

Madingo

- Foi manifestado o receio por parte dos pescadores em relação à navegabilidade devido à localização dos molhes (que se estendem por 4 km e 3 km, respectivamente a Sul e Norte do estuário). De acordo com os interlocutores, nos dias de vento os barcos de pesca correm o risco de serem empurrados de encontro aos molhes.

3) Recurso à aquacultura como alternativa à actividade pesqueira.

Resumo da questão: esta questão foi discutida nas reuniões com os membros dos Centros de Pesca, muitos dos quais manifestaram espontaneamente interesse em envolver-se em actividades de aquacultura. No entanto, há algumas limitações: o estuário do Rio Macuse (que faz parte da Área de Influência Directa do Projecto), apresenta uma área de cerca de 624 ha com potencial para a aquacultura em gaiolas. No entanto, parte desta área (cerca de 200 ha, ou seja, um terço do total) será totalmente perdida por causa da construção do porto, não sendo de excluir a probabilidade de as condições se deteriorarem na área restante. A importância deste impacto deve ser avaliada tendo em consideração que o potencial para aquacultura em gaiolas no estuário de Macuse representa mais de 90% do potencial para aquacultura em gaiolas identificado no Distrito de Namacurra e quase 40% do identificado na Província da Zambézia. Este contexto dificulta a opção da aquacultura em gaiola como alternativa a explorar no âmbito do PRMS. A opção pela aquacultura em tanques de terra, no entanto, pode ser explorada.

Receptores sensíveis: Todos os Centros de pesca, com particular relevo para os que operam no estuário do Rio Macuse

OPINIÃO DOS AFECTADOS

- Em Malanha foi manifestada pelos pescadores e comerciantes locais a vontade de envolvimento em projectos de aquacultura;
- No Supinho foi manifestado pelos pescadores e pelos colectores de caranguejo, o interesse em participar em projectos de aquacultura, como forma de compensação por possíveis quebras na actividade piscatória;
- Os pescadores e as mulheres de Idugo também manifestaram interesse em participar em projectos de aquacultura;
- Em Macumbine, comerciantes (homens e mulheres) e colectores manifestaram vontade de participar em projectos de aquacultura. Contudo, para o Grupo Focal de Mulheres pescadoras de Quinia, a aquacultura não é uma alternativa de vida;
- Em Zalala foi manifestado um grande desinteresse pela aquacultura nos vários Grupos Focais realizados, tendo sido reportado que estudos anteriormente já feitos asseguraram que a área de Zalala e arredores não é área propícia à aquacultura;
- Em Madingo enquanto uma parte dos pescadores manifestou vontade de participar em projectos de aquacultura, alguns grupos de comerciantes e pescadores consideraram que aquacultura não é uma actividade para negócio; e,
- Todos os que se mostraram abertos à actividade de aquacultura puseram como condição receber formação e apoio financeiro e técnico para iniciar essa modalidade.

6.4.1.2 Segunda Ronda de Consultas

Nos encontros realizados nos centros de pesca entre os dias 5 e 11 de Julho de 2019 e entre os dias 17 e 21 de Dezembro de 2019, os participantes foram confrontados com as propostas dos programas para a restauração da actividade pesqueira.

Relativamente à conversão da pesca no estuário para pesca artesanal em mar aberto, as considerações dos participantes centraram-se nas seguintes questões:

- Divisão dos pescadores em relação à reconversão da pesca de estuário para mar aberto, sendo que parte dos pescadores preferem continuar a praticar o arrasto mais para o interior do rio. Esta situação foi reportada pelo centro de pesca de Idugo;
- Parte significativa dos pescadores (centros de pesca de Supinho e Macumbine) está de acordo com a pesca em alto mar, assim como com os centros hospedeiros, Malanha e Madingo, respectivamente;
- Necessidade de material adequado para a pesca em mar aberto, tal como, embarcações específicas e mudança de artes de pesca;
- Construção de casas/acampamentos sazonais nos centros de pesca hospedeiros;
- Treinamento e acompanhamento para adequação ao novo modelo de pesca;

- Melhoria das vias de acesso para os centros de pesca de Malanha e Mandingo para facilitar a movimentação dos pescadores e escoamento dos produtos;
- Fornecimento de infraestruturas de processamento de pescado como tanques de salgar e estendais de secagem; e
- Introdução de um sistema de frio no mercado da Aldeia de Reassentamento (a pedido do centro de pesca de Supinho), construção de um mercado de peixe em Madingo com sistema de frio para conservação do pescado (a pedido dos centros de pesca de Macumbine e Mandingo) e reparação da avaria e aumento da capacidade do sistema de frio do mercado de 1ª venda de Zalala (a pedido do centro de pesca de Zalala).

No que concerne à promoção de actividades alternativas à pesca artesanal, os intervenientes consideraram relevantes os seguintes aspectos:

- A maior parte dos pescadores concordam com a implementação de projectos de aquacultura como actividade alternativa. Propõem que este venha associado à produção e comercialização de sal. Estas actividades seriam desenvolvidas principalmente por idosos, mulheres e alguns jovens.
- Alguns dos pescadores que não concordam com o programa de pesca em mar aberto propõe como alternativa o transporte fluvial de mercadorias de Idugo para Domela (Namacurra), principalmente para o escoamento do sal. Para que possam desenvolver esta actividade, pensam ser necessária a aquisição de barcos motorizados.

Em todos os encontros, foi realçada a dificuldade em trabalhar em associações, devido a experiências passadas improdutivas. Em todos os centros de pesca se concordou que o trabalho em associações ou cooperativas é aceitável apenas em projectos de aquacultura e produção de sal.

Enquanto centros de pesca hospedeiros, os centros de Malanha e Mandingo encorajam a retirada dos pescadores do estuário e a sua conversão para mar aberto. Consideram ainda necessário o apoio aos pescadores realocados relativamente à diversificação das artes de pesca e o uso de redes de emalhe para a pesca em mar aberto.

A preocupação expressa pelos intervenientes do centro de pesca de Malanha está fundamentalmente ligada à área do centro. Referem que os pescadores provenientes de Supinho terão que se adaptar as condições (escalas) de pesca do centro de Malanha, devido à limitação do espaço.

A preocupação relativamente à melhoria das vias de acesso como forma de facilitar o acesso dos pescadores e o escoamento dos produtos é geral em todos os centros de pesca. As principais vias destacadas foram:

- Estrada que liga o centro de pesca à Aldeia de Malanha (centro de pesca de Malanha);

- Estrada que liga Madingo – Muceliua – Mazuau – Boro (rio) e manutenção do local de travessia para Supinho, para que possam manter o vínculo com Supinho e sendo esta a via mais rápida para a Cidade de Quelimane (centro de pesca de Macumbine);
- Estrada que liga Madingo a Namacurra (centro de Pesca de Madingo);
- Estrada que liga o centro de pesca de Zalala ao centro de pesca de Malanha (centro de Pesca de Zalala);

6.4.2 Consulta ao colectivo da Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas

As medidas propostas por este colectivo técnico como formas de mitigação eficaz centraram-se nos seguintes aspectos:

- Projectos de financiamento em insumos de pesca (unidades de pesca) aos pescadores afectados de acordo com os novos pesqueiros;
- Promoção de projectos de aquacultura integrada nas zonas de reassentamento;
- Identificação de novos pesqueiros;
- Identificação de novas áreas potenciais para a aquacultura nas zonas de reassentamento. Esta actividade deverá envolver pescadores, responsáveis do Projecto e o Sector das Pescas da Província;
- Uma vez identificadas novas áreas potenciais, organizar os pescadores numa associação para facilitar a intervenção do Projecto em termos de apoios;
- Identificação de actividades alternativas à pesca para os pescadores que vão deixar de exercer as suas actividades devido às actividades do Projecto;
- Treinamento inicial das associações para a prática da aquacultura integrada;
- Apoio à estratégia e planos do Governo para a aquacultura na Província da Zambézia. O apoio pode ser concretizado mediante o financiamento de programas de fomento da aquacultura, a concepção de projectos de fornecimento do pescado proveniente da aquacultura em terra ao Projecto do Porto, financiamento de acções de formação, financiamento dos serviços de extensão e de actividades de investigação, de infraestruturas para a produção de reprodutores e alevinos e de rações, pacotes de crédito e incentivos aos pequenos aquicultores, etc; e,
- Apoio na concepção e execução de um plano de monitoria da pesca, a ser feito pelo IIP e Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas.

6.5 PROGRAMAS DE RESTAURAÇÃO DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA PROPOSTOS

Com base na análise dos impactos do Projecto sobre a actividade de pesca artesanal, e considerando as contribuições recolhidas no processo de consulta efectuado e acima descrito, propõe-se o seguinte pacote de Programas:

- Um Programa de Apoio à Pesca Artesanal em Mar Aberto;
- Um Programa de Promoção de Actividades Alternativas à Pesca Artesanal;
- Um Programa de Criação de Acampamentos de Pesca;
- Um Programa de Revitalização do Mercado de 1ª Venda de Zalala; e,
- Um Programa de Educação Ambiental para Pesca Sustentável.

Abaixo, descrevem-se os grupos alvo, os objectivos e a análise justificativa de cada um destes projectos. De referir que, conforme aconselhável, outras iniciativas em curso poderão ser acrescentadas à restauração da actividade de pesca.

6.5.1 Programa de apoio à pesca artesanal em mar aberto

Este programa visa dar resposta aos principais constrangimentos induzidos pelo Projecto na actividade de pesca artesanal na AID, nomeadamente:

- A grande redução ou a inviabilização da pesca no interior do estuário do Rio Macuse por força da construção do porto e da imposição de restrições à navegação no canal de acesso;
- O aumento das dificuldades na navegação costeira na boca do estuário por força da construção dos dois molhes que se prolongam até cerca de 4 km mar a dentro.

O Programa terá duas componentes: uma acção de formação e de fornecimento de artes de pesca adequadas, destinada a habilitar os pescadores de Supinho, Idugo e Macumbine que assim o desejarem a adaptar-se ao novo tipo de pesca, e outra centrada no fornecimento de embarcações adequadas para a pesca em mar aberto. Abaixo se detalham ambas as componentes.

6.5.1.1 Componente 1: Treino de reconversão de pesca de estuário para pesca em mar aberto e fornecimento de artes de pesca adequadas

Grupo alvo:

Pescadores dos Centros de Pesca de Supinho, Idugo e Macumbine

Objectivos:

Ajudar os pescadores de Supinho, Idugo e Macumbine, que assim o desejarem, a superar as restrições à pesca no estuário habilitando-os para um novo tipo de pesca.

Esta formação deverá ser dada por parceiros de implementação devidamente habilitados para o efeito, a identificar em parceria com a DPMAIP. Competirá aos parceiros seleccionados elaborar um orçamento,

definir o conteúdo programático e conduzir as acções de formação, mediante acordo com a TML, que actuará como facilitadora do processo.

Paralelamente, a TML deverá fornecer redes para pesca em mar aberto, em número a definir, de modo a viabilizar o novo tipo de pesca.

6.5.1.2 Componente 2: Fornecimento de embarcações adequadas para a pesca em mar aberto

Grupo alvo:

Centros de Pesca de Supinho, Idugo e Macumbine

Objectivos:

Mitigar os efeitos induzidos pelas interdições à navegação e pelo aumento do afastamento em relação à costa devido à construção dos molhes

A adaptação à pesca em mar aberto e a necessidade de afastamento em relação à costa para contornar os molhes que serão construídos a Norte e sul do estuário do Rio Macuse requerem a adopção de medidas tendentes a aumentar o raio de acção dos pescadores. Assim, preconiza-se o fornecimento de canoas tipo Moma aos Centros de Pesca definidos como alvo desta componente,

O número de Embarcações a distribuir por cada Centro será oportunamente definido a partir do número de pescadores que serão habilitados para pesca em mar aberto em cada centro. De modo a permitir fazer face às dificuldades acrescidas que o Projecto induzirá na navegação local (nomeadamente o acréscimo de distância induzido pela presença de dois molhes na foz do Rio Macuse, um com 3km e outro com 4 km), essas embarcações deverão ser motorizadas de acordo com os padrões locais.

6.5.2 Programa de promoção de actividades alternativas à pesca artesanal

Este Programa visa oferecer alternativas à actividade pesqueira, respondendo a solicitações nesse sentido feitas pelos participantes nas reuniões de grupos focais, e terá duas componentes: um Programa de promoção da aquacultura em tanques de terra e um programa de abertura de salinas e produção de sal. Abaixo se detalham ambas as componentes.

6.5.2.1 Componente 1. Programa de promoção da aquacultura em tanques de terra

Grupo alvo:

Centros de Pesca de Supinho, Idugo e Macumbine, mas aberto a outros interessados

Objectivos:

Oferecer alternativas à actividade pesqueira, proporcionando novas oportunidades, nomeadamente, a mulheres e pescadores que, devido à idade ou quaisquer outros factores, desejem abraçar outra actividade; oferecer alternativa ao uso de artes ambientalmente insustentáveis, tais como a Quinia e a Chicocota.

Durante as reuniões de grupos focais com os membros dos Centros de Pesca, muitos dos participantes manifestaram interesse em envolver-se em actividades de aquacultura. Existem, no entanto, algumas limitações práticas: o estuário do Rio Macuse tem grande potencial para a aquacultura de gaiola. No entanto, como já foi referido, parte desta área (um terço do total) será totalmente perdida por causa da construção do porto, não sendo de excluir a probabilidade de as condições se deteriorarem na área restante. Este contexto dificulta a opção da aquacultura em gaiola como alternativa a explorar. Assim, o presente PRMS opta pela aquacultura em tanques de terra, alternativa que pode ser viavelmente explorada.

A acção deverá ser planeada por entidade competente (sugere-se a INAQUA), a qual deverá elaborar um orçamento a submeter à aprovação da TML. O apoio poderá ser concedido através do financiamento de programas de fomento da aquacultura, da concepção de projectos de fornecimento do pescado proveniente da aquacultura em terra ao Projecto do Porto, do financiamento de acções de formação, de serviços de extensão e de actividades de investigação, de infraestruturas para a produção de reprodutores e alevinos e de rações, pacotes de crédito e incentivos aos pequenos aquicultores. Uma vez aprovado, o Programa deverá ser apresentado aos Grupos Alvo e a inscrição de interessados será aberta.

6.5.2.2 Componente 2. Programa de abertura de salinas e produção de sal

Grupo alvo:

Centro de Pesca de Idugo, mas aberto a outros interessados

Objectivos:

Oferecer alternativas à actividade pesqueira, proporcionando novas oportunidades, nomeadamente, a mulheres e pescadores que, devido à idade ou quaisquer outros factores, desejem abraçar outra actividade; oferecer alternativa ao uso de artes ambientalmente insustentáveis, tais como a Quinia e a Chicocota.

Existem, na zona de Idugo, áreas favoráveis para a abertura de salinas e exploração de sal, devendo este potencial ser explorado. A acção deverá ser planeada por entidade competente (sugere-se a DPMAIP), a qual deverá identificar áreas favoráveis para a abertura de salinas e produção de sal. A recuperação de salinas abandonadas /se aplicável) deverá igualmente ser considerada. A DPMAIP (ou qualquer outra instituição designada para o efeito pelo Governo da Província) deverá elaborar um orçamento a submeter à aprovação da TML.

O apoio da TML poderá ser concedido através do financiamento de um programa de apoio à salinicultura, do financiamento de acções de formação e de fornecimento de equipamento necessário ao exercício da actividade. Uma vez aprovado, o Programa deverá ser apresentado aos Grupos Alvo e a inscrição de interessados será aberta.

6.5.3 Programa de criação de acampamentos de pesca

Grupo alvo:

Pescadores reconvertidos de pesca de estuário para pesca em mar aberto.

Objectivos:

Oferecer condições de residência temporária aos pescadores que tenham que pernoitar na zona devido à sua reconversão de pesca de estuário para pesca em mar aberto.

O desaparecimento de Supinho 2 e a conversão da pesca de estuário para pesca em mar aberto implica que muitos pescadores tenham que ser transferidos para novas zonas de pesca ou integrados noutros centros de Pesca já existentes. Para responder a esta nova realidade deverão ser construídos acampamentos de pesca, em quantidade e locais a determinar consoante o número de pescadores a serem reconvertidos de pesca de estuário para pesca de alto mar.

Os acampamentos devem ter acessos praticáveis, instalações sanitárias de tipo melhorado, locais para duche e abrigos construídos em materiais tradicionais em número a determinar uma vez quantificado o número de novos pescadores a afluir ao local. Esta solução impõe-se como alternativa ao reassentamento requerido, durante as reuniões de grupos focais, pelos pescadores que terão de passar a operar em áreas de pesca mais distantes das suas casas. A TML garantirá a compra dos materiais necessários e a construção das estruturas por empreiteiros locais.

6.5.4 Programa de revitalização do Mercado de 1ª Venda em Zalala

Grupo alvo:

Todos os Centros de Pesca.

Objectivos:

Melhorar as condições de armazenamento e conservação do pescado, de modo a maximizar a rentabilização das capturas e evitar desperdício; Facilitar e estimular o comércio de pescado na AID do Projecto.

Se devidamente gerido, o Mercado de 1ª Venda em Zalala poderá afirmar-se como um importante pólo comercial de pescado, atraindo comerciantes e oferecendo aos pescadores locais condições de armazenamento e processamento do seu produto, maximizando a rentabilização das capturas e evitando desperdícios por deterioração de pescado. Essa revitalização abrangerá a recuperação das seguintes instalações:

- Centro frigorífico (actualmente não funcional);
- Instalações de lavagem, processamento e conservação do pescado;
- Pavilhão com capacidade para 50 vendedores;
- Mini-fábrica de produção de gelo (actualmente não funcional);
- Sanitários; e,
- Finalização da construção de quartos para pernoita dos comerciantes.

A TML, em parceria com a DPMAIP, financiará as necessárias obras e reparações, após o início da construção do Porto, assumir-se-á como cliente-âncora, adquirindo neste mercado produtos necessários para o consumo dos acampamentos de trabalhadores e/ou cantinas operadas pelo Projecto.

6.5.5 Programa de educação ambiental para pesca sustentável

<p>Grupo alvo: Todos os Centros de Pesca.</p> <p>Objectivos: Consciencializar os pescadores da importância de preservar os recursos marinhos através da utilização de técnicas de captura e recollecção sustentáveis e obter a colaboração activa dos membros dos grupos de pesca para a erradicação de práticas ambientalmente danosas como a quinia e a chicocota.</p>
--

Segundo a opinião expressa pelos próprios pescadores durante as reuniões de grupos focais, as capturas de peixe e crustáceos na zona tem vindo a diminuir ao longo do tempo. Essa diminuição deve-se a vários factores, entre os quais avultam a sobreexploração de recursos e o uso de técnicas ambientalmente insustentáveis. Torna-se assim urgente promover o recurso a boas práticas e dissuadir o uso de práticas ambientalmente danosas, que põem em risco a reposição dos *stocks* de peixes, crustáceos e bivalves e, conseqüentemente, ameaçam a continuidade da actividade pesqueira.

Isto envolve uma componente de capacitação dos pescadores para compreensão do ciclo biológico das espécies de modo a adequar o seu esforço de pesca e garantir uma gestão sustentável dos recursos pesqueiros.

Tabela 8. Matriz-resumo dos Programas propostos para a componente de pescas

PROGRAMA	Objectivos	Actividades-chave	Indicadores verificáveis	Pressupostos
Programa 1: Apoio à pesca artesanal de mar aberto	Ajudar os pescadores de Supinho, Idugo e Macumbine, que assim o desejarem, a superar as restrições à pesca no estuário habilitando-os para um novo tipo de pesca.	Treino; Fornecimento de artes de pesca para pesca em mar aberto; Fornecimento de embarcações tipo Moma.	Nº de Pescadores treinados; Nº de artes fornecidas; Nº de embarcações fornecidas; Nº de pescadores que iniciaram pesca em mar aberto.	Adesão voluntária ao treino de reconversão para pesca em mar aberto Artes e embarcações fornecidas após o treino; Nº de artes e de embarcações a fornecer dependentes do nº de novos Pescadores em mar aberto

PROGRAMA	Objectivos	Actividades-chave	Indicadores verificáveis	Pressupostos
Programa 2: Promoção de actividades alternativas à pesca artesanal	Oferecer alternativas à actividade pesqueira; Oferecer alternativa ao uso de artes ambientalmente insustentáveis, tais como a Quinia e a Chicocota.	Aquacultura em tanques de terra; Salicultura	Nº de tanques construídos; Nº de salinas abertas; Nº de pessoas que iniciaram actividade de aquacultura e salicultura.	Local de abertura dos tanques e salinas a identificar por DPMAIP e INAQUA Nº de tanques e salinas a abrir dependente do nº de aderentes.
Programa 3: Criação de acampamentos de pesca	Apoiar os pescadores que tenham que passar a operar em áreas mais distantes dos seus locais de residência, oferecendo-lhes condições condignas de residência temporária nas novas zonas de actividade.	Construção ou reabilitação de acampamentos de pesca	Nº de acampamentos reabilitados ou reconstruídos; Nº de utilizadores dos novos acampamentos	Construção de acampamentos como alternativa a reassentamento;
Programa 4: Revitalização do Mercado de 1ª venda em Zalala	Melhorar as condições de armazenamento e conservação do pescado, de modo a maximizar a rentabilização das capturas e evitar desperdício; Facilitar e estimular o comércio de pescado na AID do Projecto	Recuperação das unidades frigoríficas; Recuperação das unidades de armazenamento; Recuperação ou construção de tanques de salga. Criação de possibilidades de pernoita para comerciantes.	Nº de utilizadores da rede de frio; Nº de utilizadores das unidades de armazenamento e dos tanques de salga. Evolução do volume de transacções; Evolução do nº de pernoitas;	Acesso ao Mercado aberto a todos os Centros de pesca; Produção da aquacultura e salicultura comercializada no Mercado TML assumirá papel de cliente-âncora
Programa 5: Educação ambiental para pesca sustentável	Consciencializar os pescadores da importância de preservar os recursos marinhos através da utilização de técnicas de captura e recolção sustentáveis e obter a colaboração activa dos membros dos grupos de pesca para a erradicação de práticas ambientalmente danosas como a quinia e a chicocota.	Sessões de educação ambiental. Educação sobre actividades alternativas, nomeadamente os programas de aquacultura e salicultura	Nº de participantes nas sessões de Educação ambiental Diminuição do número de praticantes de quinia e chicocota. Número de praticantes de quinia e chicocota reconvertidos para actividades alternativas	Os pescadores membros dos centros de pesca actuarão activamente no sentido de dissuadir o recurso a práticas ambientalmente danosas que põe em risco a reposição dos stocks de peixes, crustáceos e bivalves.

6.6 PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO

A implementação da componente de pescas do PRMS requer o concurso activo de vários parceiros. Um parceiro fundamental será a Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas (DPMAIP), instituição com as competências técnicas necessárias para prestar apoio no planeamento e orçamentação dos Programas a Implementar. Outras instituições provinciais e distritais (nomeadamente as ligadas às actividades económicas e obras públicas) terão igualmente um papel importante a desempenhar. O empenhamento das Comissões de Reassentamento (a nível nacional, provincial e distrital) é igualmente necessário para o acompanhamento e verificação do processo de implementação. A este respeito, o envolvimento do Governo do Distrito de Namacurra será imprescindível, de modo a garantir o enquadramento das acções a empreender nos centros de pesca de Macumbine e Madingo.

Na fase de implementação do PRMS poderá igualmente ser útil o envolvimento de ONGs locais com experiência na área da pesca artesanal, que possam apoiar as instituições provinciais e distritais na execução de acções de formação previstas nos vários Programas que integram o PRMS. Os Grupos de Pesca, finalmente, têm igualmente um papel fundamental na mobilização dos seus associados e no processo de inscrição para alguns dos Programas propostos.

6.7 ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO

Abaixo se representa a estrutura de implementação proposta para a componente de pescas do PRMS.

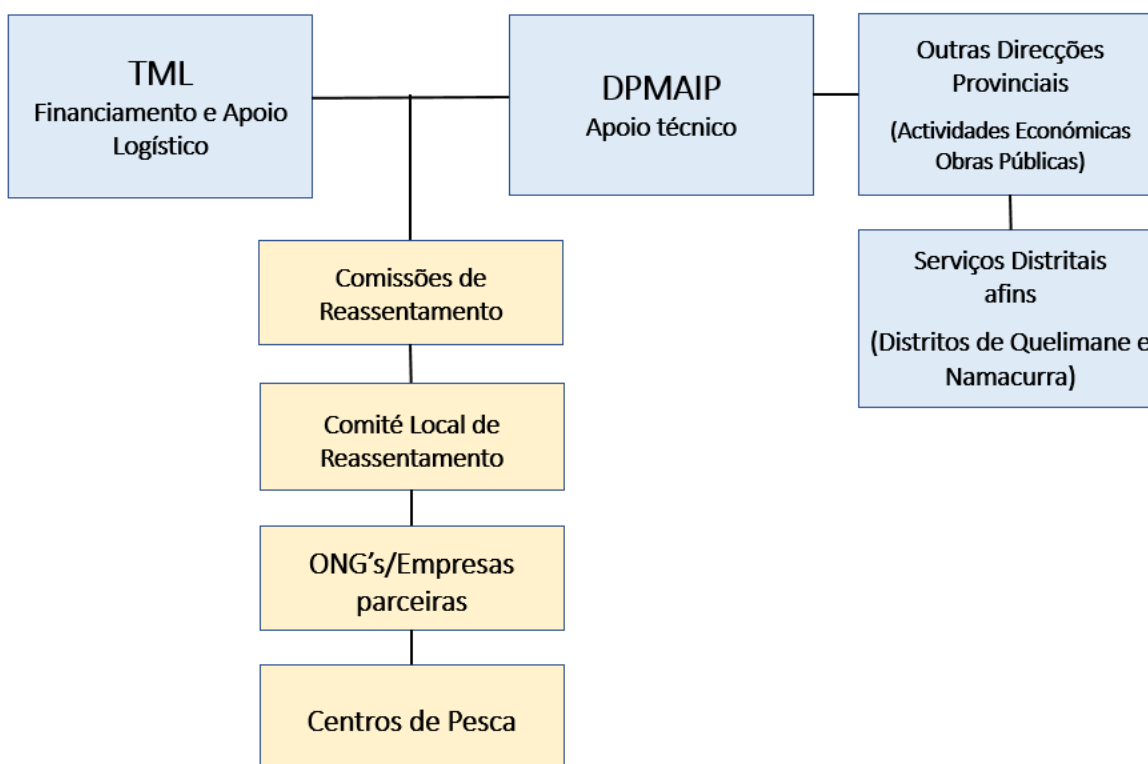


Figura 9. Estrutura de implementação da componente de pescas do PRMS

7 GESTÃO DE RECLAMAÇÕES E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Para a gestão de quaisquer reclamações e/ou resolução de quaisquer conflitos que possam vir a verificar-se durante a implementação do presente PRMS deverá utilizar-se o mecanismo de reclamação instituído e publicamente divulgado no âmbito do Plano de Reassentamento.

8 MONITORIA E AVALIAÇÃO

A implementação do PRMS deverá ser calendarizada através de marcos específicos relativos a cada um dos Programas a implementar. Deverão ser realizadas acções de monitoria e avaliação de modo a aferir o progresso da implementação do PRMS. A monitoria será centrada nos indicadores definidos para cada um dos Programas de restauração dos meios de subsistência e na aferição das percepções dos beneficiários sobre os efeitos dos Programas na evolução das suas condições de vida.

A monitoria deverá incidir sobre dois aspectos fundamentais:

- O progresso da implementação tendo a vista a calendarização;
- A comparação entre os resultados obtidos e os resultados esperados.

Assim, recomenda-se que a TML elabore um plano detalhado de monitoria, a executar após o início da implementação do PRMS. O plano deverá prever acções de monitoria interna e de monitoria externa e estabelecer a respectiva calendarização. As conclusões contidas nos relatórios de monitoria deverão ser analisadas, no sentido de permitir detectar eventuais falhas e elaborar as medidas correctivas julgadas necessárias.